

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação/Pregoeiro e/ou Autoridade Julgadora dos Recursos nos Processos Licitatórios do Município de Anchieta/SC.

REF.:

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 064/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2023

POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.958.284/0001-11, com sede à Rua Almirante Barroso, 684, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste, SC, representada pelo seu Representante Legal, Sr. Cleyton Ricardo Lazarotto, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de São Miguel do Oeste, SC, inscrito no CPF sob nº 884.567.571-87, vem, conforme Edital supramencionado, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pelas razões que passa a expor:

1. Da Tempestividade

Inicialmente, salienta-se que nos termos do inciso XVIII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias:

“XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;”

Conforme o dispositivo legal e manifestação da intenção de propor recurso durante a Sessão do Pregão Ocorrida no dia 01/06/2023, vimos por meio desta interpor o referido recurso dentro do prazo hábil para o recebimento das Razões do Recurso, conforme segue.

2. Dos Fatos

A recorrente participou do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2023, MODALIDADE: Pregão Presencial - nº. 25/2023. Ocorre que durante o procedimento licitatório a empresa foi vencida, NO ITEM 24 na fase de lances por outras competidoras, a qual ofereceram MENOR PREÇO PELO ITEM.

No entanto, o referido processo que teve por objeto a aquisição de **Registro de Preços visando aquisição de equipamentos e utensílios, para serem utilizados nos diversos setores e Secretarias da Administração Pública Municipal, para o período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório**, não esteve dentro dos ditames legais.

Analisando-se a descrição do Item 24 – AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24.000BTU, verifica-se que a Administração Municipal ao elaborar referido Edital, especificou minuciosamente o tipo de equipamento que deveria ser cotado e entregue pelas empresas licitantes, inclusive com todas as declarações de certificação e garantia, inclusive da própria descrição, conforme observa-se a seguir:

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação do Material | Preço Máximo | Marca |
|------|------------|-------|--|--------------|-------|
| 24 | 10,00 | UN | AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000BTU QUENTE E FRIO 220V - Especificação: AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24000BTU QUENTE E FRIO 220V Especificações Técnicas:- Cor: Branco- Ciclo: Quente/Frio- Capacidade de Refrigeração (Min/Nominal/Máx) BTU/h: 3.500/22.000/24.500- Capacidade de Aquecimento (Min/Nominal/Máx) BTU/h: 3.500/22.000/24.500- Desumidificação l/h: 2- Voltagem: 220V- Potência (refrigeração) w: 1,990- Potência (Aquecimento) w: 1,890- Corrente (refrigeração) a: 9,6- Corrente (Aquecimento) a: 9,1- Consumo Mensal* kWh/Mês: 41,8- cce w/w: 3,24- Classificação Energética: a- Gás Refrigerante: R-410A- Conexões: 1/4" - 5/8"- Comprimento / desnível max. m: 20/10- Controle remoto sem fio: Sim- Conexão remota via Wi-Fi: Sim- Comando de voz com Google Assistente e Alexa: Sim- Modo sleep (Até 7 horas): Sim- timer (Até 24 horas): Sim- Função energy saving: Sim- jet mode (Resfriamento Rápido): Sim- Área do ambiente** m²: de 31 até 40- Acabamento: Branco- Display Iluminado (Temp/Consumo/Alarques): Sim- Filtro haf 3M: Sim- Modo auto clean: Sim- Abertura da Aleta: de cima para baixo- Deflexão de Ar Acima e Abaixo: Automático- Deflexão de Ar Direita e Esquerda: Manual- Vazão de Ar nominal m³/min: 21- Nível de Ruído dB(A): 47/42/37/31- Dimensões produto unidade interna (LxAxP): 99,8 x 33 x 21 cm- Dimensões embalagem unidade interna (LxAxP): 106,5 x 40 x 26,6 cm- Peso líquido / bruto unidade interna kg: 12,5/15 kg- Serpentina de Cobre com tratamento Gold Fin: Sim- Vazão de ar nominal m³/min: 50- Nível de ruído dB(A): 55- Faixa de Temp. (Refrigeração) °C: 1848- Faixa de Temp. (Aquecimento) °C: -524- Dimensões produto unidade externa (LxAxP)***: 87 x 65,5 x 32 cm- Dimensões embalagem externa (LxAxP): 100,2 x 70,9 x 42,2 cm- Peso líquido / bruto externa kg: 43,5/50 kg- Proteção Anticorrosão: Sim- Bitola dos canos: 1/4" E 5/8"- Garantia do Compressor: 10 anos- Garantia: 12 meses | 6.602,00 | |

Nesse diapasão, verifica-se que a Administração tratou de certificar-se em adquirir um equipamento específico, com todas as certificações e garantias, buscando-se adjudicar um item com qualidade e com todos os parâmetros de tecnologia exigidos atualmente.

No entanto, a licitante vencedora e a segunda colocada respectivamente, a empresa **FOCUS EQUIPAMENTOS LTDA primeira colocada e a empresa ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA segunda colocada**, apesar de apresentarem as melhores propostas pelo item, em sua proposta apresentaram equipamentos diversos daquele contido nas especificações editalícias.

A Sra. Pregoeira, mesmo alertada da inconsistência da proposta da licitante vencedora, indevidamente, negou-se a verificar as especificações técnicas, e adjudicou o item a licitante FOCUS EQUIPAMENTOS LTDA, incorrendo em infração administrativa.

A proposta apresentada pela empresa **FOCUS EQUIPAMENTOS LTDA**, conforme consta em sua proposta impressa, cotou O SEGUINTE EQUIPAMENTO:

AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24.000 BTU QUENTE E FRIO 220V - da Marca TCL modelo TAC24CHTG1-INV. Já a proposta apresentada pela empresa **ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA (segunda colocada)**, conforme consta em sua proposta impressa, cotou O SEGUINTE EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24.000 BTU QUENTE E FRIO 220V – da marca ELGIN (Sem modelo). Os Referidos equipamentos, apesar de num primeiro momento atenderem as descrições genéricas contidas na especificação do item, **NÃO ATENDE** a todos os requisitos exigidos no Edital.

Conforme consta no Edital, o referidos equipamentos deveriam conter algumas características específicas, qual destaca-se as seguintes especificações:

- Capacidade de Refrigeração e Aquecimento (Mín/Nominal/Máx) BTU/h: 3.500/22.000/24.500
- Consumo Mensal* kWh/Mês: 41.8
- Comando de voz com Google Assistente e Alexa: Sim;
- Função energy saving: Sim
- Área do ambiente** m²: de 31 até 40;
- Display Iluminado (Temp/Consumo/Alarmes): Sim
- Jet mode (Resfriamento Rápido): Sim
- Filtro haf 3M: Sim;
- Serpentina de Cobre com tratamento Gold Fin: Sim.
- Vazão de ar nominal m³/min: 50
- Proteção Anticorrosão: Sim

E na proposta apresentada, verifica-se que o equipamento cotado pela empresa FOCUS e ANDRELIS, apresentam algumas funções porem sempre divergente do solicitado no edital.

Ainda, verifica-se que a Sra. Pregoeira, ignorou mandamento legal, não obedecendo ao Edital de Licitação, e ao princípio da vinculação ao Edital. A adjudicação do referido item a empresa FOCUS, encontra-se eivado de vicio, pois não atende as normas que regem o processo licitatório, nos termos da Lei 10.520/2002 e da Lei de Licitações, a Lei nº 8.666/1993.

3. Do Direito

Todo instrumento convocatório, inerente aos processos de Licitação estão adstritos ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual possui relevância,

na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. Este mandamento está contido nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Nestes termos, verifica-se que o princípio é inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Assim, ao adjudicar o item 24, do Edital nº 25/2023 em desconformidade com as especificações dos equipamentos descritos no instrumento convocatório, incorreu em violação ao princípio da vinculação do instrumento convocatório, e se, levados adiante poderá acarretar ao Administrador Público e aos servidores da Comissão de Licitação, a responsabilização nas esferas administrativa e judicial.

O próprio Edital 25/2023 previu no item 7.1.4, a obrigatoriedade de Apresentar Declaração que os objetos atendessem as condições do Edital, conforme segue:

07.1.4 - Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital, (conforme modelo Anexo IV deste Edital)

E o próprio Edital 25/2023 previu no item 7.2, a obrigatoria observância as condições do Edital, conforme segue:

07.2 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Nesse sentido, escreve a doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (1):

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da

1 PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Ainda, diversos julgados do TCU refutam a aceitação de propostas que contenham especificações diversas do Edital, em consonância com o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 932/2008 Plenário

Zele para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 2387/2007 Plenário

Observe os princípios da transparência, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme regem os arts. 3º, art. 40, VII, art. 41, caput, 43, IV, art. 44, § 1º e art. 45, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 1286/2007 Plenário

Atente para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem assim abstenha-se de efetuar exigências que comprometam o

caráter competitivo do certame, em desacordo com o art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 112/2007 Plenário

Ainda, prevê o Edital que em caso de inabilitação de uma licitante, por não cumprir as normas do Edital, deverá a pregoeira e/ou julgador seguir a seguinte diretriz expressa no item 9.11:

09.11 - Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

Assim, faz-se necessário que o presente Recurso seja julgado procedente, inabilitando a concorrente FOCUS e ANDRELIS no que tange à proposta pelo item 24 – AR CONDICIONADO 24.000 BTU’S, adjudicando ao Recorrente o item em questão, pois o mesmo foi o concorrente com o terceiro melhor preço e apresentou produto conforme prospecto do equipamento de ar-condicionado compatível e com todas as funções e requisitos exigidos pelo Edital.

4. Da Responsabilização Administrativa e Judicial.

Assim, não objetiva este recurso buscar a Responsabilização dos agentes envolvidos no Processo Licitatório, mas atentar que, se convalidado o ato acima referido, estarão infringindo a Lei das Licitações, Lei das Micro e Pequenas Empresas, e poderão ficar sujeitas a sanções administrativas e judiciais.

A competitividade e a moralidade são princípios fundamentais da licitação e tem a devida proteção pela legislação, tipificando a ação injusta e culminando pena aos

agentes que ensejarem frustrar este princípio, conforme disposição da Lei Geral de Licitações, Lei 14.133/2021:

Frustração do caráter competitivo de licitação

ART. 337-F. FRUSTRAR OU FRAUDAR, COM O INTUITO DE OBTER PARA SI OU PARA OUTREM VANTAGEM DECORRENTE DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, O CARÁTER COMPETITIVO DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Fraude em licitação ou contrato

ART. 337-L. FRAUDAR, EM PREJUÍZO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LICITAÇÃO OU CONTRATO DELA DECORRENTE, MEDIANTE:

I - ENTREGA DE MERCADORIA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM QUALIDADE OU EM QUANTIDADE DIVERSAS DAS PREVISTAS NO EDITAL OU NOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS; (GRIFO NOSSO)

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;

III - entrega de uma mercadoria por outra;

IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;

V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Outrossim, a Administração Pública ao estabelecer especificações técnicas e minuciosas, além de solicitar capacidade técnica das licitantes para a participação no certame, objetiva a competição e a moralidade, e o não atendimento das condições editalícias pode acabar pela responsabilização dos agentes públicos, nos termos acima expostos.

5. Dos Requerimentos

Em face do exposto, requer-se seja a presente recebida e aceita as razões do recurso e seja julgada procedente, com efeito para:

- a) Desclassificar as Propostas adjudicada pela empresa **FOCUS EQUIPAMENTOS LTDA (primeira colocada)** e **ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA (segunda colocada)**, classificando como vencedora a melhor proposta imediatamente posterior; conforme encontra-se dentro do requerido pelo Edital e observe os ditames legais da Lei Complementar 123/2006, 8.666/93 e 10.520/2002.

Nestes Termos

P. Deferimento

São Miguel do Oeste, SC, 02 de Junho de 2023.

Cleyton Ricardo Lazarotto

Sócio Administrador